

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS

Dra. Sonia Lopes Victor  0000-0002-9492-6933

Universidade Federal do Espírito Santo

Dra. Sheila de Quadros Uzêda  0000-0003-4549-0800

Universidade Federal da Bahia

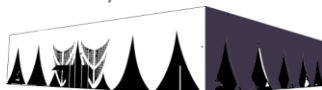
RESUMO: Este estudo teve como objetivo caracterizar o Núcleo de Acessibilidade da Ufes e descrever as ações desenvolvidas por este setor, principalmente durante a pandemia do Covid-19. Foi realizado um estudo descritivo, numa abordagem qualitativa, tendo como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada com a coordenadora do Naufes. Concluiu-se que o núcleo desenvolveu diversas ações no sentido de dar suporte pedagógico a estudantes e professores, mas o ensino remoto trouxe grandes desafios relacionados à inclusão digital e às condições de vulnerabilidade socioeconômica de alguns discentes. São muitas as conquistas legais relativas ao processo de inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/ superdotação no ensino superior. No entanto, é preciso avançar no sentido de garantir para além do acesso, a permanência e a aprendizagem efetiva desta população.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Ensino Superior; Núcleo de Acessibilidade.

INCLUSIVE EDUCATION AND HIGHER EDUCATION: ADVANCES AND CHALLENGES

ABSTRACT: The present study aimed to characterize the Ufes Accessibility Center and describe the actions developed by this sector, especially during the Covid-19 pandemic. A descriptive study with a qualitative approach was carried out, based on semi-structured interview with the coordinator of Naufes as a collection instrument. The conclusion was that the accessibility center developed several actions in order to provide pedagogical support to students and teachers, but remote teaching brought great challenges related to digital inclusion and socioeconomic vulnerability of some students. There are many legal achievements related to the process of including students with disabilities, autistic spectrum disorder and high abilities/gifted and talented students in higher education. However, it is necessary to move forward in order to guarantee, in addition to access, the permanence and effective learning of this population.

KEYWORDS: Inclusive education; University education; Accessibility center.



1 INTRODUÇÃO

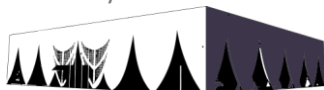
A Universidade constitui um *locus* privilegiado de produção do conhecimento e de desenvolvimento científico e tecnológico, que favorece a imersão cultural, o convívio social e o avanço da educação em seus múltiplos âmbitos. Um levantamento realizado pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, aponta que as universidades públicas federais são responsáveis pela maioria dos estudos científicos desenvolvidos no país (BRASIL, 2000).

As transformações legais pelas quais vem passando o ensino superior, dentre outros objetivos, tiveram como finalidade a democratização de acesso a este nível do ensino, historicamente reservado aos estudantes de classes sociais mais favorecidas. As mudanças empreendidas visaram “[...] impedir a mercantilização do ensino superior, buscando criar mecanismos para garantir a qualidade e democratizar o acesso com políticas de inclusão social [...] e fortalecer o vínculo para a consolidação de um país democrático e inclusivo” (BRASIL, 2005, p. 1). Na opinião de Ciantelli e Leite (2016, p. 415):

pode-se dizer que grande parte do crescimento das matrículas da pessoa com deficiência deve-se à promulgação de políticas públicas que asseguram medidas protetivas, com amparo legal, para que o acesso e a permanência no ensino superior sejam garantidos, a partir do estabelecimento de condições diferenciadas no atendimento às necessidades educacionais específicas apresentadas por esse público.

No entanto, o caminho rumo a um sistema educacional mais inclusivo ainda suscita muitos desafios e controvérsias, tendo em vista que a inclusão educacional é uma construção coletiva, que se desenvolve a partir de um processo contínuo de mudança social.

Se atentarmos para o histórico das universidades e seus desdobramentos em nosso país, perceberemos que seu ensino, tradicionalmente, é voltado

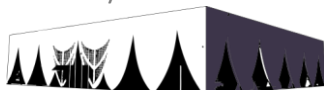


para as elites econômicas e intelectuais, o que marca o espaço acadêmico como um lugar destinado aos privilegiados. A expansão do ensino, dentro dessa perspectiva, deve ser vista com atenção, a fim de que o discurso da democratização do acesso não se transforme apenas em mais uma bandeira das políticas públicas que, travestida de novidade, termina por manter, na prática, a elitização de modo ainda mais perverso [...] (FERRARI; SEKEL, 2007, p. 641).

A fim de compreender a conjuntura atual e o papel do núcleo de acessibilidade no processo de inclusão de estudantes na universidade, este estudo teve como objetivo caracterizar o trabalho desenvolvido no/pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (NAUFES), evidenciando as ações desenvolvidas durante a pandemia do Covid-19. Trata-se de um estudo descritivo, numa abordagem qualitativa, que teve como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada.

2 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

A partir de uma digressão histórica, em termos de marcos regulatórios, pode-se constatar a emergência de políticas educacionais que favoreceram o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, dentre elas, cabem alguns destaques. Santos e Farias (2022) referem que a primeira conquista datou de 1996 com a publicação do Aviso Circular nº 277, pelo Ministério da Educação, propondo “às Universidades a adequação de procedimentos voltados para o processo seletivo dos alunos com necessidades especiais no Ensino Superior, sobretudo no concurso vestibular” (p. 72). Para além desta recomendação relacionada ao acesso das pessoas com deficiência nas Universidades, o referido documento também orientava a flexibilização dos serviços educacionais, a adequação da infraestrutura e a capacitação dos recursos humanos, no intuito de favorecer a

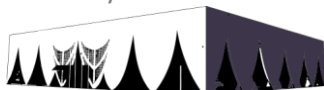


permanência dos estudantes público alvo da Educação Especial neste nível do ensino.

No entanto, apenas com a publicação da Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, a acessibilidade de estudantes com deficiência no Ensino Superior, passa a ser tratada na condição de política pública propriamente, determinando que fossem incluídos nos instrumentos utilizados para avaliar as condições de oferta, autorização e reconhecimento de cursos superiores e “para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação, [...] requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especial” (BRASIL, 1999, p. 1). Este documento foi substituído pela Portaria de nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que especifica e enumera as condições de acessibilidade que devem ser providenciadas pelas instituições de ensino superior, no que tange ao processo de avaliação da oferta, autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos (BRASIL, 2003).

No ano seguinte, em 2 de dezembro de 2004, a fim de assegurar o cumprimento da Portaria anteriormente referida, foi sancionada a Lei de Acessibilidade, por meio do Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004), que determina que os estabelecimentos de ensino públicos ou privados, de qualquer nível, etapa ou modalidade garantissem condições de acesso e utilização de seus espaços pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em 2005, foi publicado o Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior, criado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Este programa teve como meta o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade, principalmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com vistas ao pleno desenvolvimento acadêmico dos estudantes PAEE. Para tanto, inicialmente as verbas eram destinadas às instituições que elaborassem projetos para eliminação



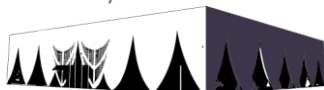
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

de barreiras e fossem selecionadas por meio de editais. A partir de 2012 o Programa Incluir foi ampliado para todas as IFES, deixando de haver chamadas públicas para seleção (BRASIL, 2013).

O Programa Universidade para Todos – PROUNI, regulamentado pela Lei nº11.096/2005 (BRASIL, 2005), determinava a concessão de bolsas de estudos para pessoas com deficiência em universidades privadas. Três anos depois, foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que reafirmava a Educação Especial como modalidade transversal responsável pela organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, contribuindo com o acesso, a permanência e a participação dos estudantes nos diversos níveis e etapas educacionais.

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, s/n).

Em 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), cuja finalidade era fomentar e ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal. No ano seguinte, foi publicado o Decreto nº 7.611 que tratava do Atendimento Educacional Especializado e previa a criação dos núcleos de acessibilidade nas IFES, tendo como objetivo “eliminar as barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011). Neste mesmo ano, o Ministério da Educação publica o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Viver sem Limites, que dispõe, dentre outras ações, sobre o apoio



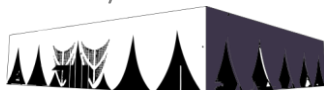
para a ampliação e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES, beneficiados pelo Programa Incluir.

É oportuno informar que os núcleos de acessibilidade existentes em diferentes regiões do país se mostram como uma resposta das IES para dar suporte educacional e social para essa demanda populacional. Eles visam promover ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e informacionais, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade e se estruturando com base nos seguintes eixos: infraestrutura, currículo, comunicação e informação, programas de extensão e programas de pesquisa (CIANTELLI; LEITE, 2016, p. 417).

Mais recentemente um importante marco legal foi publicado. A Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015), também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, reiterando o direito das pessoas com deficiência a ter acesso ao Ensino Superior. Em seu Art. 28, a LBI atribui ao poder público a responsabilidade de “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar [...] XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, s/n).

Já em 2016, foi instituída a política de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES), através da Lei 13.409/2016, considerada um marco legal importante na luta pelos direitos desta população.

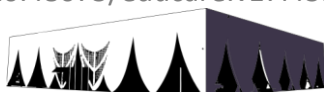
Neste sentido, a política de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação das IES do Brasil, mediante Lei nº 13.409/2016, representa, no plano formal, o reconhecimento do Estado no tocante à situação de exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência, colocando em destaque as dimensões e variáveis sociais que perpassam o fenômeno da deficiência, cuja realidade difere daquela vivenciada por outros grupos tradicionalmente excluídos. E, no plano simbólico, uma ruptura com a crença que restringe os espaços de escolarização de pessoas com deficiência à Educação Básica (OLIVEIRA, 2021, p. 41).



O crescente ingresso de estudantes público alvo da Educação Especial (PAEE) nos espaços universitários enseja a necessidade cada vez maior de debate qualificado sobre formação docente, acessibilidade, mundo do trabalho, dentre outras temáticas pertinentes. Oliveira (2021), após levantamento bibliográfico sobre a produção do conhecimento a respeito da inclusão no contexto universitário, constatou que ainda há um número bastante reduzido de trabalhos que se dedicam ao estudo de questões relacionadas à inclusão no âmbito do ensino superior.

O número de pesquisas que tem como foco a inclusão no ensino superior não é tão expressivo quanto o número de estudos e publicações a respeito do processo de inclusão escolar nos demais níveis e etapas do ensino, tais como educação infantil e ensino fundamental (FERRARI; SEKKEL, 2007). Essa percepção é corroborada por Moreira (2008, p. 17) quando afirma que “Com relação ao ensino superior o número de estudos ainda é pequeno, mas já possuímos trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação que tem colaborado para uma reflexão importante acerca do papel da universidade na inclusão”.

Dentre as pesquisas existentes, são exemplos de estudos sobre a temática, o trabalho de Ciantelli (2015), que analisou as ações desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais; a pesquisa de Silva (2016) que investigou como estudantes com deficiência analisam o conceito e as condições de acessibilidade em três universidades públicas; a dissertação de Garcia (2016) sobre a concepção de acessibilidade em graduandos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na Universidade Estadual de Maringá; e o estudo longitudinal desenvolvido por Martins, Leite e Ciantelli (2018), que analisou o índice de matrícula de estudantes com deficiência em três instituições públicas (UNESP, UFSCar e UFSC). Os resultados derivados desta pesquisa apontaram a

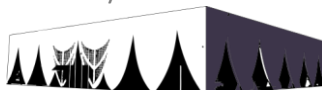


dificuldade de identificação dos estudantes PAEE nas universidades, indicando a ausência de um mapeamento fidedigno e, conseqüentemente a dificuldade de fornecer o suporte necessário às demandas específicas destes estudantes, além da criação de meios de comunicação mais eficazes entre estudantes com deficiência e instituição a fim de fomentar a eliminação de barreiras atitudinais, físicas, metodológicas, comunicacionais no ambiente acadêmico.

Mais recentemente, a tese de Oliveira (2021), que focalizou a docência universitária na perspectiva inclusiva, apresentou algumas indicações que a autora considerou relevantes para efetivação do processo inclusão no Ensino Superior:

i) criação de uma cultura de formação que articule os saberes teóricos, científicos, pedagógicos e deontológicos da profissão; ii) fomento de espaços de reflexão voltados à interlocução e a construção coletiva de aprendizagens relativas as especificidades da docência universitária e de suas problemáticas atuais; iii) envolvimento da comunidade acadêmica e de demais atores (estudantes, técnicos administrativos e gestores), a fim de apoiar ativamente os docentes na tarefa de desenvolver uma prática pedagógica dentro dos princípios da acessibilidade; iv) sensibilização e orientação dos núcleos de acessibilidade para que os docentes encontrem nestes um espaço de suporte institucional, em termos de recursos didáticos, tecnológicos e pedagógicos adaptados, bem como métodos de ensino e avaliação.

De acordo com o Censo da Educação Superior no Brasil (BRASIL, 2020), houve um aumento significativo do número de matrículas de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Este quantitativo passou de 20.530 matrículas em 2009 para 43.633 no ano de 2018. A despeito deste crescimento, os estudantes PAEE representavam apenas 0,52% do total de alunos matriculados neste nível do ensino. Vale ressaltar que o avanço no quantitativo de matrículas não significa que os estudantes PAEE estão de fato incluídos no Ensino Superior.



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

[...] apesar das políticas existentes em favor do estudante com deficiência no Ensino Superior brasileiro, muito há que se fazer para que de fato haja acesso, permanência e participação desses estudantes a fim de se promover uma educação igualitária, justa que atenda às necessidades especiais de cada sujeito garantindo o seu desenvolvimento acadêmico e social (MARTINS; LEITE; CIANTELLI, 2018, p. 17).

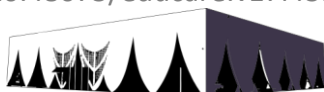
As universidades enfrentam muitos desafios no sentido de oferecer e assegurar condições adequadas para os distintos segmentos estudantis, tendo em vista o cenário político e socioeconômico adverso. Ferrari e Sekkel (2007, p. 637) identificaram três níveis de desafios relativos à questão da inclusão no ensino superior, a saber:

[...] a tomada de posição das instituições sobre os objetivos e a elegibilidade dos alunos para seus cursos, a necessidade de formação pedagógica dos professores do ensino superior para a educação inclusiva e, por fim, uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem.

Para além de assegurar o acesso, através das políticas de ações afirmativas, os esforços precisam ser feitos no sentido de garantir condições que favoreçam a aprendizagem deste público ao longo do curso, oportunizando experiências significativas nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão.

[...] as incertezas, ambiguidades e desafios que emergem da inclusão de estudantes com deficiência no contexto da docência universitária, revelando um movimento dinâmico que exige conhecimentos e saberes bem mais amplos. O conhecimento de si e do outro, a atitude de refletir e pesquisar a própria prática são alguns dos elementos que passam a configurar a docência universitária em seu campo multifacetado (OLIVEIRA, 2021, p. 179).

Além dos desafios supracitados, desde 31 de dezembro de 2019, diversos países registraram casos de uma doença infecciosa causada pelo surgimento de um novo coronavírus, que recebeu o nome técnico de covid-19, matou milhares



de pessoas na China e se espalhou pelos cinco continentes. A OMS caracterizou a doença como uma pandemia (ESTADO DE MINAS NACIONAL, 2020).

Feita esta breve contextualização histórica, objetivo deste estudo é caracterizar o trabalho desenvolvido no/pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (NAUFES), evidenciando as ações desenvolvidas durante a pandemia do Covid-19.

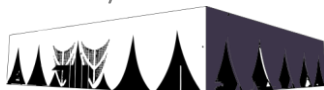
3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, o qual tem, neste caso, a finalidade de caracterização de um espaço público voltado ao atendimento de um grupo minoritário no âmbito educacional (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

Nessa direção, o estudo se desenvolveu em duas etapas: primeiro, a caracterização do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (NAUFES) para o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial, conforme consta nas mídias sociais. Na segunda etapa, a entrevista semiestruturada à atual coordenadora do Naufes, a fim de evidenciar principais problemáticas à realização de novos estudos. Nesse sentido, partimos de um protocolo, o qual incluiu os temas principais relacionados à investigação, deixando a nossa participante livre para desenvolver as questões apresentadas e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo foram apresentados também em duas etapas: caracterização do Naufes e entrevista semiestruturada à coordenadora do Naufes, evidenciando em seguida pontos considerados significativos para a sua análise.



4.1 Caracterização do Naufes

O referido Núcleo foi criado pela Resolução n.º 31/2011, sendo vinculado inicialmente à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil e, posteriormente, à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), por meio da Resolução n.º 28 de 2015. Conforme consta na página da referida pró-reitoria no sítio da Ufes,¹

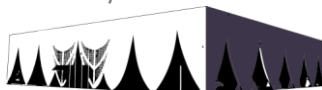
O Núcleo de Acessibilidade da Ufes (NaUfes) foi criado por meio da Resolução n. 31/2011, do Conselho Universitário, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior, tendo em vista seu ingresso, seu acesso e sua permanência, com qualidade, no âmbito universitário [...].

Para atender ao seu propósito, em 2015, foi reestruturado pela Resolução n. 28/2015-CUn, vindo a ampliar sua atuação em 2017, envolvendo-se em diversas frentes de trabalho, tendo em vista às diferentes dimensões atribuídas à Acessibilidade direcionada ao seu público, a saber: atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática instrumental, nos transportes, nas comunicações e digital. Ainda de acordo com a informações no sítio da Ufes,

O Naufes tem por finalidade elaborar, coordenar e executar ações, serviços e pesquisas tendo por princípio a preservação dos direitos dos estudantes de graduação, pós-graduação e servidores que possuam algum tipo de deficiência, das pessoas que possuam necessidades especiais atendendo à diversidade humana no que se refere à acessibilidade em suas múltiplas dimensões (art. 7º, Resolução nº28/2015- Conselho Universitário/Ufes).

Nesse sentido, apresenta como objetivos e metas: (1) acolher, atender e encaminhar as demandas dos estudantes com deficiência de maneira integrada,

¹ Disponível em: <https://proaeci.ufes.br/apresentacao-2>. Acesso em: 22 ago. 2022.

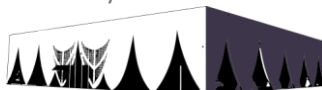


Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

interseccional e multidisciplinar, em parceria com as unidades acadêmicas e administrativas; b) contribuir para a elaboração de políticas de acessibilidade e inclusão na comunidade acadêmica; c) propor ações de acessibilidade em suas diferentes dimensões; d) fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão com foco na acessibilidade e inclusão.

Para esse fim, o Naufes desenvolve projetos que visam o acolhimento às famílias, a recepção dos calouros e a roda de conversa virtual, além de realizar ações em parceria, visando ao apoio e acompanhamento dos estudantes com deficiência junto à Pró-Reitoria de Graduação, como: a) chamada para atualização de cadastro dos estudantes com deficiência; b) chamada para atualização de cadastro de servidores com deficiência; c) construção de calçadas acessíveis; d) elaboração das políticas de acessibilidade da Ufes (comissão nº 177/2019 – GR); e) execução do Plano de Ação de Acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e digital; f) formação de servidores em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação e com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; g) implementação do Fórum de Acessibilidade na Ufes; h) instalação de plataformas elevatórias/elevadores; i) monitoramento e acompanhamento da execução do Plano de Ação de acessibilidade (Portarias nº 437/2019 – GR e nº 335/2020-GR – GR); j) participação no Fórum de Assistência Estudantil; k) participação no Comitê Operativo Emergencial (COE); l) participação na Comissão Própria de Avaliação (CPA); m) plano de estágio para os estudantes com deficiência junto à Pró-Reitoria de Graduação; n) realização de reuniões com órgãos/comunidade externa; o) recepção/acolhida dos calouros; p) reorganização da equipe técnica do Naufes e; r) viabilização do Naufes como campo de estágio permanente nas diferentes dimensões de acessibilidade.

Entre os serviços realizados pelo referido núcleo, destacam-se o(os) de atendimento psicossocial, bolsistas de acompanhamento em sala de aula,



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

bolsistas de mobilidade e deslocamento no campus, laboratórios de tecnologia assistiva (na Biblioteca Central), produção de materiais, produção e adaptação de material didático-pedagógicos para estudantes com deficiência² e os de manutenção dos monitores de cada estudante com deficiência assistido pelo Naufes³. Ainda conforme a descrição do Naufes no sítio da Ufes, ele também

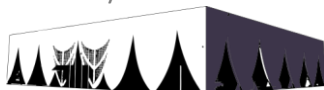
[...] tem por finalidade coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

Essa mesma resolução estrutura a política de acessibilidade da UFES em cinco eixos: “Barreiras Físicas; Acesso e Permanência; Questões didáticas; Pesquisa e Inovação; e Barreiras Atitudinais” (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 01). Sendo assim, conforme destacado no sítio da Ufes, “o acesso e permanência nesse contexto, não está atrelado apenas aos prédios arquitetônicos, mas também, aos processos sociais de inclusão”.

De acordo com o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2020), no Brasil, em um universo de 8.680.354, temos um total de 55.829 matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância por tipo de Necessidade Especial, sendo que no total de 1.956.352 e 6.724.002 estudantes, respectivamente, 19.245 em instituições públicas e 36.584 em instituições privadas sob a referida condição. Nas instituições federais, no total de 1.030.513, temos 15.016 dessas matrículas. No Espírito Santo, no total de 67.879, dos quais 8.110 em instituições públicas, temos um total de 1.044 desses estudantes com 428 matrículas no sistema

² Este serviço é realizado de acordo com os termos do documento denominado Serviços Instrução Normativa 003/2019, disponível em: acessibilidade.ufes.br/instrucoes-normativas.

³ O referido serviço acontece de acordo com os termos da Instrução Normativa 004/2019, disponível em: acessibilidade.ufes.br/instrucoes-normativas.



público, sendo 413 no sistema público federal, e 616 matrículas em instituições privadas.

4.2 Entrevista semiestruturada com a Coordenadora do Naufes

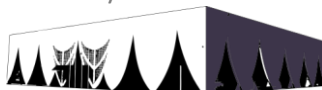
A entrevista semiestruturada foi realizada nas dependências do Naufes. O roteiro de entrevista era composto por questões que versavam sobre: papel do núcleo de acessibilidade; público atendido; desafios e ações durante a pandemia; e principais barreiras, avanços e possibilidades ao trabalho do Naufes com vistas à garantia das políticas da educação inclusiva na universidade.

A Coordenadora do Naufes tem 59 anos de idade, tendo nos últimos 14 anos atuado como servidora do segmento Técnico Administrativo em Educação (TAE) na Ufes. Durante este período assumiu distintos cargos na universidade:

Assessoria de Gestão (2009-2013/Proplan); Diretoria de Planejamento Institucional (2013-2018/Proplan); Assessora de Políticas de Gestão (2018- 2020/Gabinete do Reitor), Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade (2020 até os dias atuais/Proaeci). Tenho colaborado na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufes (2010-2014; 2015- 2020; 2021-2030). [...] Estou na presidência da comissão que está elaborando as políticas de acessibilidade da Ufes (Coordenadora).

A entrevistada referiu avanços quanto ao processo de inclusão do PAEE na universidade. Em sua percepção, a comunidade acadêmica tem evoluído na compreensão do conceito de acessibilidade e isso pode ser constatado através da forma como tal conceito é explicitado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

No primeiro momento, o PDI trazia acessibilidade muito voltada para pessoa com deficiência física e questões de infraestrutura das instalações prediais. [...] A inclusão, nesse último documento (PDI 2021-2030), aparece na Missão da Ufes. E a Educação Inclusiva tem destaque no PPI/Ufes (Coordenadora).



A este respeito ela complementa: “Acessibilidade sempre era vista como fragilidade e meu papel na CPA⁴ é atuar nos enfrentamentos às barreiras que encontramos no ambiente acadêmico para torná-lo mais inclusivo e acolhedor”. A coordenadora também sinalizou outros avanços relacionados ao processo de inclusão e ao suporte do núcleo no âmbito da referida universidade:

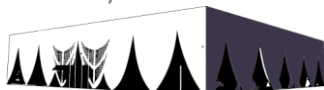
Amplia-se o público a ser atendido, não se limitando a estudantes com deficiência na graduação, como também na pós-graduação e, servidores com deficiência da Ufes. Amplia-se, do mesmo modo, o leque de gestão da acessibilidade, cabendo ao Naufes a condução das ações voltadas para a acessibilidade. [...] em 2021, a UFES contava com 516 estudantes com deficiência declarados (graduação e pós-graduação) e 45 servidores com deficiência. Dos 516 estudantes, 42 (quarenta e dois) eram estudantes ingressantes. Na pós-graduação, temos cerca de 12 (doze) estudantes com deficiência, dentre elas: auditiva, visual e física (Coordenadora).

Em 2022, o número de estudantes considerados PAEE atendidos pelo núcleo até o momento da coleta de dados foi de 116, sendo 4 estudantes da pós-graduação. A respeito dos serviços mais requisitados pelos estudantes ao Naufes, destacam-se “apoio e acompanhamento (monitores) nas disciplinas (principalmente leitura, escrita e interpretação de textos/enunciados); produção de material; mobilidade dentro do campus.” (Coordenadora).

Cabe destacar que a entrevistada apontou como desafios vivenciados durante o contexto da pandemia, tanto o aspecto relacionado à acessibilidade, quanto o aspecto socioeconômico. Em suas palavras:

Durante a pandemia, o grande desafio esteve ligado à adaptação dos estudantes à modalidade Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário e Emergencial (EARTE) e à acessibilidade digital. Os efeitos da pandemia acarretaram na piora da precarização das condições de vida pelas quais passaram muitas famílias [...] O EarTE impôs desafios singulares a serem trabalhados no campo das políticas de permanência estudantil. Diante da situação, a Ufes promoveu chamadas para promover a inclusão digital e

⁴ Comissão Própria de Avaliação



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

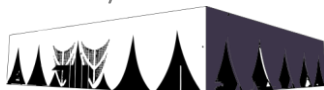
acessibilidade, na modalidade de pagamento de Auxílio Equipamento. [...] A Universidade, por meio da Resolução CUn 24/2020, criou o Auxílio Emergencial de Inclusão e Acessibilidade Digital direcionado aos estudantes de graduação e pós-graduação, visando fomentar o acesso digital no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Os estudantes receberam equipamentos e auxílio internet (Coordenadora).

Barbosa e Uzêda (2022) encontraram achados similares em estudo realizado numa universidade pública baiana, sobre inclusão no ensino superior. “Às lacunas já existentes na formação inicial no âmbito da Educação Especial, somam-se os problemas socioeconômicos vivenciados pelos estudantes ao longo de sua graduação e que se mostraram agravados pela situação de pandemia” (p. 159).

Outro ponto destacado pela entrevistada, que em sua opinião foi essencial para contribuir com a permanência dos estudantes durante a pandemia, foi o suporte ofertado pelo núcleo através da monitoria de apoio e acompanhamento tanto no *classroom*, quanto na leitura de enunciados, escrita e interpretação de textos. Dentre o público contemplado com o suporte da monitoria, encontravam-se estudantes com deficiência visual, auditiva, intelectual e TEA.

Quando questionada sobre os desafios e as possibilidades de atuação do Naufes com vistas à garantia das políticas de inclusão na universidade, a coordenadora afirmou:

A inclusão no ensino superior pressupõe uma nova forma de conceber a educação, oportunizando a igualdade e atendendo às diversidades. Desse modo, implica incorporar ações de acessibilidade, inclusão e diversidade não só em relação a estudantes, como também na formação de profissionais na perspectiva inclusiva. [...] Com relação ao PDI 2021-2030, trabalhamos na perspectiva da transversalidade da acessibilidade, como desafio institucional, visando incluir a pessoa com deficiência na participação das atividades da comunidade acadêmica, bem como o uso de seus serviços e informações [...]. As legislações estão postas, cabe a todos nós, comunidade acadêmica interna, efetivá-las e, assim, contribuir para que nossa missão seja alcançada em sua plenitude (Coordenadora).



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

De acordo com as informações coletadas, para alcançar esses objetivos, o núcleo estabelece parcerias com outros setores da universidade, tais como o Laboratório de Acessibilidade Informacional (Lainfo), na Biblioteca Central, o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (NEESP/CE-UFES) e desenvolve ações em diversas frentes, atuando em rede com as Unidades Acadêmicas e Administrativas, observando o planejamento previsto no Plano de Ação de Acessibilidade e as ações decorrentes da I Conferência de Ações Afirmativas da Ufes. Somado a isso, a coordenadora destacou a importância do Programa Incluir (BRASIL, 2013), bem como das ações desenvolvidas relacionadas à recepção, acolhimento e orientação de calouros com deficiência e os encontros com famílias e a realização de eventos, dentre os quais, a Semana Pedagógica/Naufes, o Seminário Ufes de Inclusão no Ensino Superior (mais de 800 participantes), o Lançamento do Manual de Acessibilidade da Ufes e a realização de campanhas para sensibilização da comunidade quanto às barreiras atitudinais. A este respeito, Capelli, Di Blasi e Dutra (2020) concordam que dentre os principais desafios no processo de inclusão no ensino superior, encontram-se as barreiras atitudinais e as lacunas na formação docente.

Sobre esta última dimensão, Ferrari e Sekel (2007, p. 646) concordam que a competência técnica do professor em sua área de ensino não garante que ele seja capaz de reconhecer as diferenças e atuar de forma inclusiva, assim sendo, um dos grandes desafios da inclusão refere-se

[...] à competência do educador em identificar, acolher e trabalhar com as diferenças em suas salas de aula. [...] A abordagem individual, restrita à relação particular entre o professor e o aluno com necessidades especiais, não é suficiente, pois a educação escolar é uma situação eminentemente grupal. É fundamental que todos os protagonistas das ações educacionais (professores, alunos, coordenadores e diretores) reconheçam e legitimem as diferenças presentes em sala de aula e participem da construção de condições efetivas de ensino e aprendizagem.

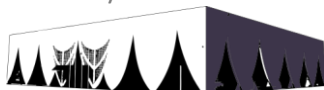


Vale ressaltar que a entrevistada não relatou sobre adequações feitas nas ações de formação de professores para atender ao formato remoto durante a pandemia. Barbosa e Uzêda (2022, p. 155) sinalizam a escassez de estudos sobre formação de professores em cursos à distância, e os poucos existentes apontam que tais formações “sofrem diversas críticas pelo aligeiramento e enfoque prático em detrimento do embasamento teórico e criticidade”. Estes aspectos assumem ainda maior complexidade diante do caráter abrupto e emergencial das adequações didático-pedagógicas realizadas no ensino remoto, em função das restrições impostas pelo distanciamento social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocorreram diversos avanços no processo de inclusão dos estudantes público alvo da Educação Especial no Ensino Superior nas últimas décadas, tanto em termos legais, quanto em relação à criação e sistematização de núcleos de acessibilidade nas IES. Este trabalho caracterizou o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (Naufes), evidenciando as ações desenvolvidas durante a pandemia do Covid-19. Dentre os principais resultados, podem-se destacar as ações empreendidas pelo núcleo no sentido de dar suporte aos estudantes, às famílias e aos docentes, o que foi possível através de parcerias com diversas instâncias institucionais. Com relação aos principais desafios, destacaram-se a necessidade de adequação à modalidade remota e a vulnerabilidade socioeconômica de muitos estudantes, o que demandou ações no âmbito da assistência estudantil, para favorecer a acessibilidade e a inclusão digital aos estudantes PAEE.

As transformações da universidade no sentido de tornar-se um ambiente efetivamente inclusivo precisa levar em consideração que a despeito dos limites impostos, as instituições têm o dever de garantir aos estudantes público alvo da



Educação Especial, as condições de permanência, aprendizagem efetiva e conclusão de seu percurso formativo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. da S.; Uzêda, S. de Q. Formação inicial de professores e pandemia: análise da oferta de componentes curriculares em educação especial numa universidade pública. **Educação Especial em tempos de transformação**: VI Congresso Baiano de Educação Inclusiva (VI CBEI) e IV Simpósio Brasileiro de Educação Especial (IV SBEE). Rodríguez, F. M. D. et al. (ORG.). Curitiba: CRV, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. 2015; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Documento orientador: Programa incluir - Acessibilidade na educação superior** SECADI/ SESu. 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/incluir/wp-content/uploads/2017/07/Documento-Orientador-do-Programa-Incluir-PDF2.pdf>. Acesso em 10 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.



BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9948-decreto-7-programa-incluir&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Editais nº 2. Programa Incluir.** N. 93, seção 3, p. 39-40, 17 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=17/05/2005>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma Universitária.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/reforma/feito.asp>. Acesso em: 17 jul. 2005.

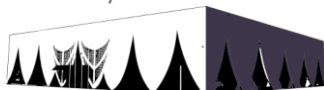
BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Brasília, DF: PR, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Brasília-DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 1.679 de 2 de dezembro de 1999.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2022.

BRASIL. **Aviso Circular 277, de 08 de maio de 1996.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2022.

CAPELLI, J. S. C.; DI BLASI F.; DUTRA, F. B. S. Professors' perception of the entry of a deaf student into a university campus. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 1, p. 67-88, 2020.



CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 4, p. 5-15, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 jul. 2022.

CIANTELLI, A. P. C. **Estudantes com deficiência na universidade:**

contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2015.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set., 2016. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/178194>. Acesso em: 03 ago. 2022.

ESTADO DE MINAS NACIONAL. Tudo sobre o coronavírus – Covid-19: da origem à chegada ao Brasil. Perguntas e respostas sobre o vírus descoberto em dezembro na China e que se tornou emergência de saúde pública de interesse internacional. Postado 27 fev. 2020 e atualizado em 17 mar. 2020. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/27/interna_nacional,124795/tudo-sobre-o-coronavirus-covid-19-da-origem-a-chegada-ao-brasil.shtml. Acesso em: 11 mai. 2020.

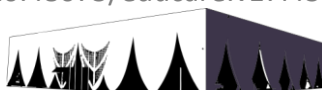
FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007.

GARCIA, R. de A. B. **Acessibilidade no ensino superior na perspectiva de alunos com deficiência:** contribuições da psicologia escolar a luz da Teoria Histórico - cultural. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2016.

MARTINS, S. E. S. de O.; LEITE, L. P.; CIANTELLI, Ana Paula Camilo. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 15-23, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/T7GMnvBwgZg8gT7pJb7RqmH/?lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MOREIRA, L. C. Acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 10, p. 11-17, 2008. Disponível em:



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/20437>. Acesso em: 03 ago. 2022.

OLIVEIRA, G. K. A. P. **Inclusão na Educação Superior**: novas tessituras para o campo da docência universitária. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação/UFBA. 2021.

SANTOS, J. B. dos; FARIAS, S. R. R. Políticas de Inclusão no ensino superior e formação à luz da Teoria Crítica da Sociedade. *In*: RODRÍGUEZ, F. M. D. e col. (ORG.). **Educação Especial em tempos de transformação**: VI Congresso Baiano de Educação Inclusiva (VI CBEI) e IV Simpósio Brasileiro de Educação Especial (SBEE), Curitiba: CRV, 2022, p. 69-82.

SILVA, K. C. da. **Condições de acessibilidade na universidade**: o ponto de vista de estudantes com deficiência Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual Paulista. Marília, 2016.

Recebido em: 25-08-2022

Aceito em: 13-10-2022

